



## **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**HABEAS CORPUS Nº 570289 - SP (2020/0078839-5)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**CAMILA PARONETTI SILVA - SP291018**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : RONNEY DOS SANTOS SILVA**  
**PACIENTE : GUSTAVO SOUZA ANDRADE GALVAO MINNICELLI**  
**PACIENTE : MATHEUS BORGES CINTRA**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

### **DECISÃO**

**RONNEY DOS SANTOS SILVA, GUSTAVO SOUZA ANDRADE GALVÃO MINNICELLI e MATHEUS BORGES CINTRA** alega sofrer coação ilegal em seu direito de locomoção, em decorrência de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo na Apelação Criminal n. 0001571-54.2017.8.26.0537.

Consta dos autos que os pacientes foram condenados, cada um, à pena de 3 anos e 6 meses de reclusão, em regime inicial aberto, e ao pagamento de 5 dias-multa, como incursos nos arts. 155, § 4º, IV, c/c o art. 14, II, 288, parágrafo único, ambos do Código Penal, e 244-B da Lei n. 8.069/1990, em concurso material. A reprimenda privativa de liberdade foi substituída por duas restritivas de direitos.

A impetrante pretende a absolvição dos pacientes ou, subsidiariamente, o reconhecimento do concurso formal entre os delitos de furto.

#### **Decido.**

De pronto verifico que a questão posta nesta impetração constitui matéria cujo deslinde é indispensável o exame acurado dos autos, providência inadequada para este momento processual.

Desse modo, como o provimento liminar confunde-se com o próprio mérito do *mandamus*, porquanto dotado de caráter satisfativo, deve ser analisado em momento oportuno, quando serão minuciosamente examinados os fundamentos embasadores da pretensão.

À vista do exposto, **indefiro a liminar**.

Devidamente instruído o feito, dispensei o envio de informações.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 01 de abril de 2020.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ